

Israel e o povo judeu no século XXI

O desafio de uma decisão consciente

PAULO GEIGER

Graduado em Design e Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuou principalmente na área editorial. É um dos fundadores e consultor-geral do Centro de História e Cultura Judaica

RESUMO Ao se completarem 60 anos da criação do Estado de Israel, uma reflexão sobre a situação dos judeus israelenses e os judeus da dispersão coloca em pauta a necessidade de uma “decisão consciente” quanto ao futuro do povo e do Estado judaicos. É uma questão que abrange vários aspectos, como o da legalidade política e ética do sionismo moderno, os desafios provocados pela ascensão do islamismo radical, os atentados e as ameaças a Israel e aos judeus de todo o mundo, vindos do Irã e de grupos extremistas, as dificuldades para o estabelecimento de um Estado palestino. Em síntese, são decisivos para o futuro de Israel e do povo judeu tanto a solução do conflito com o povo palestino – que coloca a questão de como chegar à paz sem comprometer a segurança – e com o mundo árabe, como o próprio modelo da existência de Israel e do comportamento do povo judeu, dentro e fora de Israel, como um só povo, o povo único que ele foi e tem sido ao longo de sua história.

PALAVRAS-CHAVE Israel, povo judeu, sionismo moderno, conflito Israel-palestinos, decisão consciente.

ABSTRACT After 60 years of the creation of the State of Israel, a reflection about the situation of Israeli and disperse jews puts into question the need of a “conscientious decision” about the future of both the Jewish people and the Jewish State. It is a question with many aspects, such as the politic legality and ethics of the modern Zionism; the challenges offered by the rising of the radical Islamism; the terrorist attacks and menaces to Israel and to the jews of all the world, from Iran and from extremist groups; the difficulties for establishing a Palestinian State. In short, two questions are decisive for the future of Israel: one is the solution of the conflict with both the Palestinians – that brings the question of how to reach peace without compromising security – and with the Arab world; the second is the model of Israeli existence and the Jewish people's behavior, within and outside Israel, as a single people, the only people that it was and has been through its history.

KEYWORDS Israel, Jewish people, modern Zionism, Israel-Palestinian conflict, conscientious decision.

A INTRODUÇÃO A ESTE ARTIGO, QUE PRETENDE SER REFLEXÃO – MAIS CONCEITUAL DO que histórica – sobre o Estado de Israel, aos 60 anos, poderia ser também, e talvez venha exatamente ser (e não por maneirismo ou artifício), sua conclusão. E esta seria a introdução/conclusão:

A criação do moderno Estado do povo judeu representou um ponto de inflexão, uma mudança de rumo na história judaica, e hoje, sessenta anos depois, de novo os judeus – os que vivem na dispersão e os que são cidadãos israelenses –, o próprio povo e o próprio Estado como entidades históricas, estão diante da possibilidade – e mais do que isso, da necessidade – de uma nova mudança, ou pelo menos de uma correção de rumo, um novo ponto de inflexão, que exige análise profunda e decisão consciente.

Começemos por estas duas últimas palavras, “decisão consciente”. Não seria a primeira

vez que o povo judeu se defronta com a necessidade de uma decisão que dê um rumo a sua história. Na verdade sua história começa com uma decisão, num processo singular e único nas histórias dos povos e das nações. Os judeus decidiram ser um povo e estabeleceram desde o primeiro momento os parâmetros de sua identidade, o conteúdo e a forma de sua expressão. A história judaica é a história da preservação dessa identidade, de seus parâmetros e de sua expressão, preservação que exigiu novas decisões e adaptações ao longo dos quase quarenta séculos de sua trajetória (MARGULIES, 1967; JOHNSON, 1989; SACHAR, 1989/2008). A “decisão consciente” é a marca registrada da história judaica, como nos relata o historiador (não-judeu) Paul Johnson, em sua *História dos judeus*: “Os judeus acreditavam ser um povo especial com tamanha unanimidade e paixão, e ao longo de tão longo período, que chegaram a sê-lo. Na realidade tiveram um papel porque o escreveram para si próprios. Talvez aí esteja a chave de sua história” (JOHNSON, 1989, p. 583).

Um erro quase generalizado de interpretação conceitual da história judaica é não perceber a singularidade desse processo de “decisão consciente” e interpretar a criação do moderno Estado judaico como um evento circunscrito à modernidade, unicamente uma consequência do “sionismo” que, segundo essa visão circunscrita, seria um movimento político criado no fim do século XIX, em função apenas dos contextos da época, sem outras raízes históricas. Essa visão ignora o sionismo moderno como uma continuação da sempre presente tensão do Retorno (à Terra Prometida, *Eretz Israel*, *Tsion*) na história judaica, fruto, por sua vez, da “decisão consciente” do povo judeu de voltar a ter sua identidade integral – na qual a Terra Prometida é um dos elementos fundamentais. Esse desconhecimento, essa ignorância, leva à incompreensão do

verdadeiro sentido do sionismo moderno para os judeus, e esta distorção intencional da questão do “direito histórico” a essa terra. A distorção consiste em apontar o sionismo como um movimento ilegal, uma vez que o “direito histórico” só seria atribuível a quem, na modernidade (quando se institui o direito de autodeterminação dos povos, os movimentos de libertação nacional, a luta contra o colonialismo e o conceito do Estado-nação), habitava a terra, base, portanto, da acusação de “usurpador” de direitos alheios.

Sessenta anos depois do estabelecimento do moderno Estado de Israel, de desenvolvimento de uma sociedade e de um país que formaram e firmaram uma identidade de Estado-nação da nação judaica, criaram uma economia e uma cultura de alto nível, desenvolveram uma base científica e tecnológica de primeiro mundo, enquanto tinham de lutar várias guerras pela sobrevivência, enquanto resgatavam levas e mais levas de judeus de todo o mundo que quiseram ou precisaram se abrigar num país judaico, enquanto firmavam uma sólida democracia, um Estado de Direito, uma sociedade humanista – sessenta anos depois, então, a acusação ainda é a mesma, e esse país real, seus milhões de habitantes judeus e suas conquistas são ameaçados de destruição, de serem varridos do mapa, com a justificativa de que o sionismo é usurpador, portanto ilegal.

As consequências dessa leitura da história são bem conhecidas: guerras, terrorismo, boicote, isolamento, propaganda e, pior do que tudo isso, a introdução da questão política como um novo alimentador do antissemitismo, ao considerar não só a “entidade sionista” culpada pela “tragédia” (*nakbba*, termo com que árabes palestinos designam a criação do Estado judaico), mas todo o povo judeu. O fim da União Soviética e do socialismo de Estado como fator da bipolaridade do mundo traz a esquerda, sem a bandeira da conquista das sociedades para o

socialismo, ou seja, sem ter muito “pelo que” lutar, para a luta “contra”, evidentemente contra a grande potência que restou – sede principal do capitalismo e seus modelos de vida – e seus aliados. A esquerda desconsidera a questão ideológica (Israel, como sociedade, está, mesmo quando sob governo de direita, mais próxima dos conceitos ideológicos e sociais da esquerda do que qualquer dos países árabes ou islâmicos que se opõem a Israel) e torna-se anti-israelense porque Israel é considerada um aliado dos Estados Unidos. Finalmente, o fim da bipolaridade e da contenção imposta pelas duas potências a seus aliados, no sentido de evitar um confronto entre elas, gera a possibilidade da emergência de elementos, de fatores políticos e religiosos, de conflitos regionais até então “contidos”. E com isso, a ascensão do islamismo radical (representado – mas não só – por Irã, Hamas, Hizbollah, Al Qaeda). Assim, a questão religiosa vem alimentar também o conflito do Oriente Médio e o antisemitismo planetário.

Este complicador é ainda mais grave devido à sua própria natureza. Podem-se fazer concessões políticas, geográficas e econômicas num acordo que garanta um futuro de paz e convivência entre partes em litígio, mas como esperar concessões de quem está imbuído de uma suposta sacralidade de suas reivindicações e de sua visão de justiça? Como obter acordo de quem considera a contraparte “infel” e se arma com o argumento de que destruí-la é servir a Deus e seu profeta? O único fator positivo dessa nova situação é o de suas implicações internacionais: o islamismo radical é uma ameaça a todos os “infel”, e o perigo de sua proliferação e seu fortalecimento atinge a maior parte da Europa, da América e da Oceania. A percepção do perigo que ameaça Israel hoje é muito mais visível devido aos ataques de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e de 11 de março de 2004, em Madrid, na

Espanha, e pelo horror compartilhado com o resto do mundo que não é ligado à Al Qaeda, ao Irã, ao Hamas e ao Hizbollah. Horror muito mais compartilhado, é verdade, que o do atentado à Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA), em 1994, e à Embaixada de Israel, em 1992, em Buenos Aires.

A ameaça atômica iraniana não é um problema só israelense, apesar de ser Israel o único país explicitamente condenado a desaparecer. A questão da religião como plataforma de tais ações exigirá resposta tanto das civilizações democráticas quanto das religiões que não adotam tal linha, que pelo menos por enquanto são todas as outras.

De qualquer maneira, todos esses fatores e complicadores apontam para o objetivo inequívoco e declarado da extinção da “entidade sionista”, ou seja, do único Estado judaico no mundo (segundo o presidente do Irã, seus habitantes judeus devem voltar aos países de onde vieram, ignorando que a grande maioria da população israelense atual nasceu em Israel, na verdade um eufemismo para sua liquidação). Pelo menos agora se pode tratar a questão em sua verdadeira essência, que durante muitos anos foi camuflada pela causa da criação de um Estado árabe palestino em territórios ocupados por Israel, como decidido na resolução da Partilha de 1947. Esta causa, que poderia ser considerada justa em si mesma, escondia essa sua “verdadeira essência” acima mencionada: a verdadeira causa durante todos esses anos não era a criação de um Estado árabe palestino ao lado do Estado judaico palestino, mas a da existência de um único Estado árabe palestino na parte ocidental da antiga Palestina, com a extinção do Estado judaico. A questão não era a libertação de territórios ocupados, mas a libertação de “toda a Palestina” da presença sionista, o fim do Estado de Israel e de todos os seus habitantes judeus que tivessem chegado depois de 1917 (ano da Declaração Balfour).

A cada vez mais popular (no mundo) causa do fim da ocupação israelense, por ser ela, supostamente, a única causa do conflito, ignora todo o processo histórico, os fatos em si, que levaram à guerra de 1967 e a suas consequências. Ignorava que em 1947 e 1948 não foi criado o Estado palestino nas áreas a ele destinadas pela ONU, e sim foi desfechado um ataque de cinco exércitos de países árabes contra o recém-aprovado (1947), depois recém-criado (1948) Estado judaico; ignora que nos quase dezenove anos em que, após acordos de armistício, Israel viveu dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas, ainda então *não* se criou um Estado palestino, pois a Jordânia anexou a Cisjordânia e o Egito anexou a Faixa de Gaza; ignora que enquanto Israel absorveu todos os refugiados judeus expulsos dos países árabes, os árabes mantiveram na condição de refugiados aqueles (em quantidade similar à dos refugiados judeus) que fugiram da guerra desfechada por eles mesmos, e passaram a ser o bode expiatório político, as marionetes das acusações a Israel, ao “sionismo agressor”, e ao “caráter usurpador da entidade nacional judaica”; ignora que ainda em 1964, três anos antes da guerra que levou à ocupação, os árabes criaram a Organização de Libertação da Palestina (OLP), e que essa “libertação” referia-se à extinção de Israel, justificada nos vários itens da chamada “Carta Palestina”, que declarava entre outras coisas que “os judeus não são um povo”, não têm portanto direitos como um povo e que o único povo da Palestina é o dos árabes palestinos; prega a destruição de Israel e a expulsão de todo judeu (e seus descendentes) que tenha chegado depois de 1917, e que a única forma de libertação é a luta armada (leia-se terror contra a população civil); ignora que logo após a guerra de 1967 Israel propôs a devolução de todos os territórios em troca de um acordo geral e definitivo de paz, proposta recusada unanimemente pelos árabes em Cartum;

ignora que quando um dirigente árabe (Anuar Sadat) aceitou esse princípio, todos os territórios ocupados no Egito foram devolvidos; ignora que Ehud Barak propôs a Arafat, em Camp David, a devolução de praticamente todos os territórios ocupados e uma solução de consenso para Jerusalém, que Arafat recusou; ignora que Israel retirou-se unilateralmente de Gaza e do sul do Líbano, num teste para uma possível solução no resto dos territórios, e que a resposta foi a vitória do Hamas e os ataques diários de foguetes *kassam* a partir de Gaza, e o bombardeio e incursões do Hizbollah a partir do sul do Líbano, que acabaram levando à guerra de 2006.

Definitivamente, durante todo esse tempo, a causa árabe da libertação dos territórios foi só um pretexto, internacionalmente simpático, para a condenação de Israel e o apoio desavisado ou consciente à verdadeira causa: o fim do conceito de “dois Estados para dois povos” que, no melhor dos casos, o dos “moderados”, seria a implantação do “Estado binacional”, que com as taxas de natalidade dos dois povos logo seria um Estado árabe, e no pior dos casos, o dos radicais islâmicos, ou seja, a imediata destruição do Estado judaico, sua varredura do mapa.

Como vimos acima, todo esse complexo de conceitos e atitudes se baseia na premissa de que o sionismo é uma ideologia reacionária, opressora, usurpadora, “racista” segundo a ONU em 1975, numa decisão que foi depois revogada e anulada. Essa interpretação, de novo por ignorância ou por intenção, desconhece o histórico e permanente papel de *Sion* (ou *Tsion*) na história judaica, milhares de anos antes que Herzl convocasse o Primeiro Congresso Sionista, em 1897. *Tsion* sempre foi o centro da identidade judaica, foi onde David construiu a capital do reino judaico há mais de três mil anos, onde seu filho Salomão ergueu o primeiro Templo, para onde os exilados da Babilônia, de lá expulsos

por Nabucodonosor, sonhavam voltar, cantando suas saudades em famosos versos bíblicos, de onde, nos textos sagrados do judaísmo, sairá a Torá como guia para toda a humanidade.

Disperso o povo judeu com a ocupação romana da Judeia, nos séculos I a.E.C. e I e II d.E.C., levou consigo para a diáspora o ideal da volta a *Sion*, da restauração da identidade judaica. Esse ideal messiânico, místico, religioso, permeou sua visão de futuro, sua percepção de unidade e unicidade, suas preces, seus sonhos, suas canções, sua literatura. Quando a modernidade erige os ideais de liberdade do indivíduo e dos povos, os direitos do homem e de autodeterminação dos povos, quando assim mesmo o antissemitismo se realimenta de novas fontes porque ele é a causa, e não a consequência de teorias e constatações, um grupo de intelectuais judeus emancipados percebe que o sonho místico e escatológico do povo judeu ganhara um motor ideológico e político, transformara-se num “direito” reconhecível pela humanidade. O sionismo moderno foi, pois, a continuação do nunca abandonado centralismo de *Sion* na percepção judaica, transformado numa reivindicação nacional no mesmo nível da de outros e mais recentes povos, que a tinham atendida, formando Estados-nações em toda a Europa. Legítimo, portanto, e como tal reconhecido.

Mais ainda: se *Sion*, a Terra Prometida, era a meta nacional do povo judeu, o único lugar que por razões históricas, culturais, religiosas e psicossociais poderia constituir-se no Estado-nação judaico, também era a pátria de centenas de milhares de habitantes árabes, descendentes dos que lá se haviam estabelecido no século VII d.E.C., na grande expansão árabe-islâmica. O movimento sionista não ignorou este fato e sempre considerou que o futuro Estado judaico tampouco poderia ignorá-lo. Ou seja, não teria como princípio a exclusão dessa população, mas a participação dela em toda solução

prática que levasse a sua criação. Isso está registrado em todas as posições da liderança sionista, inclusive na própria declaração de Independência do Estado de Israel. Antes disso, o movimento sionista e os líderes da comunidade judaica da Palestina haviam aceitado a entrega pela Inglaterra, mandatária da Palestina em 1922, da maior parte (70%) da Palestina aos árabes palestinos hachemitas, criando o reino da Jordânia. Aceitou depois a Partilha do que restara da Palestina, como decidido pela ONU em 1947. A verdadeira causa do conflito, pois, não foi a “usurpação” sionista, mas a recusa árabe-palestina de aceitar uma independência judaica ao lado de sua própria independência. Hoje, como então, o verdadeiro ponto de inflexão dessa crise continuada está na questão em que sempre esteve: será possível obter dos árabes-palestinos-islâmicos a aceitação definitiva, inequívoca, da existência de um Estado judaico na Palestina convivendo em paz com um estado árabe na Palestina?

Na ordem de prioridades existenciais, este é o primeiro item a exigir uma “decisão consciente” para a continuidade de um judaísmo que seja a continuação da “decisão consciente” que o criou há mais de 3.200 anos. Qual o limite das concessões que poderão assegurar a solução definitiva desse conflito que acompanha Israel desde ainda antes de sua criação, hoje agravado pelo não conciliável extremismo do islamismo radical? Quanto se pode pagar e arriscar pela possibilidade de uma paz por sua própria natureza instável e precária? De que adiantaria o risco das concessões feitas para se obter a paz de dois Estados para dois territórios (com a Autoridade Palestina), se essa paz não compromete o Irã, o Hamas, o Hizbollah? São perguntas difíceis e cruciais, a exigir uma “decisão consciente” para um futuro judaico na pátria judaica.

Por outro lado, quais as alternativas a uma perigosa decisão de arriscar com a paz e as concessões

necessárias? No total, só existem quatro modelos possíveis para o desenvolvimento do conflito: 1) vitória total de Israel e fim do conflito, com uma “grande Israel” (isso significa exterminar todos os palestinos que não abdicam de seu Estado, ou expulsá-los de lá, ou submetê-los a um regime judaico de minoria quando forem maioria demográfica, o que não demorará a acontecer); 2) vitória total dos árabes (seja dos palestinos e do Hamas, seja dos islâmicos do Hizbollah ou do Irã), o que significa o fim do Estado judaico; 3) continuação do *status quo* atual, da ocupação sem solução definitiva, do terrorismo, da incerteza; 4) a solução de dois Estados para dois povos, o que pode criar uma nova dinâmica de paz entre Israel e os palestinos da antiga Cisjordânia, mas não com Hamas, Hizbollah, Irã e outras tantas entidades islâmicas radicais (ou seja, poderá ser uma mudança de direção no desenvolvimento do conflito, mas não será a conquista da paz definitiva, nem o fim das tensões, dos perigos, dos riscos que corre Israel para sua sobrevivência como Estado judaico). Ou seja, o que parece provável hoje é que, mesmo com o fim do pretexto da ocupação como o alimentador da “luta palestina”, a luta islâmica continuará, pois seu ideário não se baseia na independência de um Estado palestino, e sim na eliminação de um Estado não islâmico na região.

Tal análise de processos possíveis levanta uma outra questão: existirá quanto a isso sequer a possibilidade de uma “decisão consciente”, como no modelo histórico do povo judeu? Ou, por falta de uma alternativa viável para uma ação ativa israelense, o desenvolvimento do conflito se dará em função de fatores externos, mais como reação aos fatos do que como criação de fatos? O que significa empurrar com a barriga e reagir ao que acontece, à medida que acontece, até se criar uma oportunidade, um contexto mais favorável (uma ação militar vitoriosa contra o Irã ou o sucesso de uma pressão política

que o obrigue a desfazer seu programa nuclear, por exemplo). Esperar ou agir?

Este é um dos dois maiores desafios de Israel aos 60 anos. O desafio em si não é novo, é parte da história de Israel já há quase um século: como chegar à paz sem comprometer a segurança, mas hoje assume as características de um *turning point*, o ponto de inflexão referido no início deste artigo. Na configuração internacional de hoje (islamismo radical, esquerda em busca de causas, ressurgimento de uma Rússia que aspira a ser potência etc.) o tique-taque se ouve mais forte, e a pressão por uma decisão consciente, e urgente, aumenta.

Mas, se este é apenas um dos dois grandes desafios de Israel aos 60 anos, só um dos marcadores do ponto de inflexão, qual seria o outro, a exigir também uma “decisão consciente”?

Mais decisivo ainda para o futuro de Israel e do povo judeu do que a questão do conflito é o próprio modelo da existência como entidade e o do comportamento do povo judeu como um povo só, o um só povo que ele foi e tem sido ao longo de sua história. A questão de seu *óntos* e de seu *ethos*. Enfim, a velhíssima questão de sua identidade, que, antiga como é, atinge também um ponto de inflexão. Há sessenta anos o povo judeu vive uma realidade que se manifesta em sua história de quase quatro mil anos pela primeira vez: pela primeira vez existem, ao mesmo tempo, um Estado judaico independente onde vive quase a metade do povo judeu; e uma metade do povo judeu dispersa no mundo, hoje a grande maioria em países democráticos nos quais são cidadãos livres, com direitos de cidadãos, integrados na vida econômica e cultural das sociedades em que vivem, por enquanto ainda não discriminados ou perseguidos.

Embora o antissemitismo esteja rapidamente se alimentando de novos fatores, acima citados (talvez um dos fatores “externos” que exija decisões de

emergência e não de consciência), ele ainda não pôs o povo judeu “em marcha”, imagem criada por Herzl para definir o programa sionista (HERZL, 1949). Depois das grandes migrações para Israel dos judeus da antiga URSS, dos Bálcãs e da Etiópia, a migração é atualmente individual, com algum reforço dos judeus que já se sentiam ameaçados na Argentina e na França. Em resumo, a grande meta da história judaica foi atingida com a restauração de sua identidade integral pelo retorno a *Sion*, vitória da decisão consciente, das preces, da tensão do Retorno, da visão moderna do direito judaico a um Estado-nação, da ação sionista, vitória da humanidade, representada na ONU, ao reconhecer esse direito e ao sancioná-lo em 1947. Todos os sofrimentos de dois mil anos foram redimidos, para dar lugar a novos desafios. O sonho de *Sion* estava realizado, mas metade do povo judeu não retornou.

Metade do povo judeu continuou a dizer em seus rituais “No próximo ano em Jerusalém”, a ler nas preces diárias sobre o retorno a *Sion*, onde o povo judeu se reencontraria de todas as dispersões. Hoje *Sion* está à sua disposição, lá se estabeleceu um Estado judaico, mas a “volta a *Sion*” para a maioria dos judeus que assumem sua identidade judaica só está nas preces e nos discursos. Enquanto isso, durante 60 anos os judeus do Estado judaico enfrentam seus próprios problemas, de natureza bem diversa, criam uma cultura própria, um judaísmo diário diferente, um judaísmo que se permeia em suas pequenas ações, no falar de uma língua judaica preservada e renascida, na leitura de seus jornais judaicos, na sua televisão judaica, na escola, nas conversas, nas artes. O judaísmo israelense não tem o desafio do retorno, do preservar da diferença, do pisar no terreno duplo das identidades, histórica e geográfica, às vezes sem saber onde se está pisando e como continuar a fazê-lo. Os desafios de judeus da dispersão e de Israel estão se diferenciando aos

poucos, a ponto de, às vezes, não se compreenderem bem um ao outro. O mundo mudou em 60 anos, Israel também, e mais ainda para os judeus da dispersão. Já não é somente um sonho messiânico, uma meta de reencontro, um ideal de redenção. É um objeto real, com seus problemas reais, seus interesses específicos. É o Estado de seis milhões de judeus, mas também de mais de um milhão de árabes, a maioria islâmicos. Israel Estado de seus cidadãos, judeus ou não, e Israel Estado judaico são exatamente a mesma coisa? Talvez não, pelo menos enquanto perdurar o conflito. Israel, o Estado moderno e democrático tem de ser o Estado de todos os seus cidadãos, com suas identidades e suas esperanças de futuro. E ao mesmo tempo tem de ser Israel, o Estado em *Sion*, meta da redenção judaica e do reencontro do povo judeu.

Este duplo desafio da preservação do judaísmo e da identidade judaica, sessenta anos depois da emancipação nacional do povo judeu, o desafio dos judeus do Estado de Israel e do próprio Estado como tal, e o desafio dos judeus da dispersão, integrados em suas cidadanias e suas sociedades, é na verdade um desafio só: o de como se manter um povo só, em sua unidade e unicidade, apesar de sua dupla condição, a da concentração em *Sion* – num Estado moderno que é o Estado de seus cidadãos e ao mesmo tempo o Estado do povo judeu – e a da dispersão planetária, cujas prioridades, cujos interesses nem sempre são idênticos aos dos israelenses.

Pela própria natureza de um desafio, ele se expressa mais em perguntas e dúvidas do que em respostas. O desafio está exatamente em encontrar as repostas. Que levem a um modelo que permita não serem contraditórios o conceito e a realidade: o conceito da identidade judaica integral, formada pelos três elementos da gênese judaica: o povo, seu conteúdo religioso e comportamental que o distingue e caracteriza, e seu futuro comum na “Terra

Prometida”, e a realidade de que só metade dele se reencontrou com a Terra Prometida. O desafio de nosso tempo é fazer com que a tensão do reencontro, a vocação do futuro comum, não percam seu dinamismo, não se restrinjam às formas externas (preces, discursos, solidariedade) e continuem permanentemente ativas e alimentadoras da identidade judaica por mais dois mil, 20 mil anos. E ser um povo só, com seu centro e meta históricos em *Sion*, com livre trânsito para e de *Sion* sempre que se quiser ou precisar. Criar os instrumentos para isso (alguns já estão sendo criados, especialmente para a juventude da dispersão, como os programas *Sb-nat*, *Taglit*), inclusive para que os judeus israelenses conheçam seu povo na dispersão, com ele partilhe seus problemas e sua visão de futuro.

Que o real imite o simbólico: a bandeira do Estado de Israel é também a bandeira do povo judeu.

REFERÊNCIAS

HERZL, Theodor. *O Estado judeu*. São Paulo: Organização da Pioneira Judia, 1949.

JOHNSON, Paul. *História dos judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

MARGULIES, Marcos. *Israel, origem de uma crise*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

SACHAR, Howard M. *História de Israel: da ascensão do sionismo ao nosso tempo*. 2 vols. Rio de Janeiro: A. Koogan, 1989; Rio de Janeiro: Séfer, 2008.